



## ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE DIADEMA – IPRED

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às nove horas teve início a Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Diadema, realizada na modalidade presencial.

Membros do Conselho Deliberativo:

### ELEITOS:

I – Representantes dos segurados ativos:

**Titulares:** Rosana Bandeira Nalegaca, Ana Claudia Gonzales de Araújo, Maria Aparecida de Moraes Ribeiro, Fábio Gomes Peixoto.

**Suplentes:** Maria Aparecida Alves Campos, Amarildo Pereira Amorim, Delvane Maria dos Reis Rosa, Michelly Vasconcelos Neves.

II - Representantes dos segurados Inativos: Titular: Evaldo Martins da Silva.

Suplente: Ulisses Woczinski.

### INDICADOS:

III - **Representantes do Poder Executivo:** Membros titulares: José Pereira Barros, Silvana Ferreira Caetano, Robson de Carvalho, Elaine Cordeiro da Silva Rigueira, Fábio Rodrigues. **Membros suplentes:** Elisete da Rocha dos Santos, Vanessa Aparecida Gomes Oliveira, Rosa Viviane Moura de Macedo, André Luiz Silva Ramos, Bruno de Souza Seto.

IV – **Representantes do Poder Legislativo:** Titular: Lucas Nogueira de Araújo Sousa. Suplente: Jorge Luiz Ferreira de Lima.

V – **Representantes do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema:** Titular: Katia Cheli Kanasawa. Suplente: Adriana Alves Luna.

### PRESENTES:

Odair Cabrera – Secretário de Administração e Gestão de Pessoas; Sr. Márcio Freire – Assistente da Secretaria.

Rubens Xavier – Superintendente do IPRED e João de Almeida – Diretor Financeiro.

**Conselheiros:** Ana Cláudia Gonzales de Araújo; Silvana Ferreira Caetano; Fábio Rodrigues, Fábio Peixoto; Lucas Nogueira de Araújo Souza; Maria Aparecida Alves Campos, Robson Carvalho, Adriana Alves Luna, Elaine Cordeiro da Silva Rigueira.

**Conselho Fiscal:** Vagner Santana e Washington Marchezeppi.

**PAUTA:**

1. Projeto de Lei – Alíquota Suplementar;
2. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 5º BIMESTRE/2022;
3. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO 3º TRIMESTRE DE 2022;
4. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO A.L.M.;
5. APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2023;
6. ORÇAMENTO 2023.

**1- Projeto de Lei – Alíquota Suplementar;**

Iniciamos a reunião passando a palavra ao Superintendente – Sr. Rubens Xavier, que inicia fazendo um pequeno relato sobre a suspensão da alíquota suplementar através da Lei Complementar 488/2021, com o compromisso da PMD de apresentar até 31/12/2022 uma proposta de alíquota suplementar para melhorar a situação financeira do Instituto. Havia a discussão de que seria necessário um estudo atuarial, e há um mês a PMD decidiu utilizar o Estudo Atuarial vigente para apresentar essa proposta. O Sr. Odair irá apresentar a proposta ao Conselho e na semana que vem a PMD irá encaminhar o projeto de lei à Câmara Municipal.

Sr. Rubens passa a palavra ao Sr. Odair para apresentação da proposta:

Inicia relatando que o Sr. Francisco Funcia – Secretário de Finanças, irá fazer uma justificativa para acompanhar a proposta de lei que inclusive será utilizada junto ao Ministério Público, Tribunal de Contas e Câmara Municipal. Relata que temos um problema de déficit atuarial e corrente que prejudicam a saúde financeira do instituto.

Como a situação está bem agravada, não é possível atender o que o Estudo Atuarial aponta na sua integralidade. É necessário ter o equilíbrio geral, tanto da Prefeitura quanto do Instituto e dos outros entes. Há dois anos temos discutido que o maior problema que temos é a situação do IPRED, contratamos uma consultoria para discutir o problema, pensamos algumas alternativas, mas todas elas passarão pela capacidade financeira da Prefeitura. Começamos a fazer um novo estudo com base na nova portaria, mas ainda não concluímos, por isso decidimos utilizar o estudo que está pronto. O Estudo aponta um déficit atuarial de R\$ 1,5 milhão, e apontou alternativa de aumentar a alíquota patronal de 16% para 18,71% e a taxa e administração de 1,5% para 2,40%, e para amortização do passivo o estudo apontava inicialmente uma alíquota de 25%, e progredindo ano a ano, mas não é possível atender essa alíquota, pois não há capacidade financeira e orçamentária. A proposta é de iniciar com uma alíquota suplementar de 2% nesse primeiro ano e posteriormente faríamos uma nova revisão para aumento anual dessa alíquota. Outra questão que estamos discutindo seria aumentar a alíquota patronal dos servidores da educação, mas isso ficou para um segundo momento, após nova revisão. Estamos estudando também a questão de cessão de imóveis por parte da Prefeitura ao IPRED e a retenção do Imposto de renda sobre a folha do IPRED que é mensalmente repassado à Prefeitura ficar no IPRED, essas alternativas também ficaram para um segundo momento. Esse projeto que será enviado à Câmara é o que conseguimos implementar inicialmente, e iremos responder ao Ministério Público através da fundamentação e base técnica que seguirá junto ao projeto.



Sabemos que não é o ideal, mas é o início de um processo de recuperação do instituto, aliado a isso, desde o início do Governo, vimos recolhendo a alíquota patronal. Iremos realizar novas contratações que irão ajudar a questão financeira do IPRED, esse ano já contratamos mais de 700 servidores estatutários, e estamos avaliando as demandas das áreas, cargo a cargo, quanto irá onerar no orçamento do ano que vem, para novas contratações.

Sr. Rubens lembra que o déficit técnico demonstrado no Estudo Atuarial é de R\$ 1.981.693.534,57, o atuário aplicou o LDA (limite de déficit atuarial) que permitiu o abatimento de R\$ 555 milhões desse valor, chegando ao valor de R\$ 1.426.423.000,00. No estudo a proposta é que a Prefeitura cumpriria com o pagamento dos parcelamentos e o valor de R\$ 8.660.000,00 a título de alíquota suplementar. Caso fosse através de aporte financeiro o valor seria de R\$ 9.747.000,00 mensais.

A proposta do atuário também prevê que a alíquota patronal seja aumentada de 16% para 18,71%, e aumento da taxa de administração de 1,5% para 2,40%. Além disso a PMD irá acatar a implementação de alíquota suplementar parcial no valor de 2%. Essa é a proposta que constará no Projeto de Lei que será encaminhado à Câmara Municipal na próxima semana.

**Fábio Peixoto** – Se pensarmos que para o ano que vem temos uma proposta com R\$ 50 milhões a menos no orçamento, e que a Prefeitura pode não chegar aos R\$ 250 milhões, pois a primeira proposta era de R\$ 180 milhões, além disso tem que cumprir com os acordos que chegam a quase R\$ 8 milhões mensais. Preocupa como o governo vai garantir que realizará esses pagamentos. Os acordos foram cumpridos por seis meses, e depois desse período não foram mais cumpridos, os acordos foram quebrados. Qual a garantia de que a Prefeitura vai cumprir com os acordos, retomar os pagamentos que não estão sendo feitos e se essa proposta garante pelo menos o equilíbrio financeiro do IPRED? Continuaremos mensalmente resgatando do fundo para cobrir a folha de pagamento do IPRED?

**Cida Campos** – Hoje temos várias contratações através de CLT, além das terceirizações. Quero saber se a PMD tem um plano de realização de concurso público para contratar essas pessoas através do regime estatutário?

**Sr. Odair** responde que de certa forma conseguimos concluir o concurso que estava cheio de problemas, tivemos muitas reclamações e questionamentos, inclusive junto ao Ministério Público. Na educação não tivemos muitos problemas, conseguimos chamar muitos professores, nos outros cargos tivemos mais problemas, porque muitos dos inscritos não compareceram para fazer as provas e outros não foram assumir os cargos. Iremos concluir as convocações através deste concurso e iniciar novo processo de contratação de entidade para que em meados de 2023 tenhamos um novo concurso. Criaremos o cargo de Agente de educação, que atualmente não existe e fizemos a contratação de forma temporária, para chamarmos através desse novo concurso. Com relação aos parcelamentos, a Prefeitura tinha a necessidade de apresentar uma proposta de equacionamento do déficit, e um estudo atuarial que todos os anos é apresentado, a ideia é que a cada ano reavaliemos a situação. O compromisso com os parcelamentos já foi assumido, existe lei. Estamos discutindo fazer o parcelamento do valor pendente da suplementar, que precisamos equacionar. Outra questão é a do imposto de renda retido na folha do IPRED ficar no próprio IPRED.



**Kátia Cheli** – nossa preocupação é de que se essa proposta cobre nossas despesas mensais e de que nosso orçamento para 2023 está com R\$ 50 milhões a menos. O que podemos fazer para que haja remanejamento para cobrir esse valor?

**Sr. Rubens** esclarece que temos recursos financeiros e não temos os orçamentários. Em outubro de 2023 podemos fazer um ajuste orçamentário para resolver esse problema.

**Ana Claudia** - lembra que teremos uma noventena, por isso essa alteração valerá somente em abril/2023. Coloca que a preocupação é de que continuemos a ter déficits mensais, em decorrência do orçamento menor do que o necessário e do desequilíbrio entre receitas e despesas.

**Adriana Luna** – Não temos garantia de pagamento dos parcelamentos.

**Sr. Odair** diz que há consequências para o não pagamento, a meta é realizar os pagamentos.

**Fábio Peixoto** – Fazendo uma conta rápida teremos R\$ 220 milhões de receitas, mas nossa necessidade é de R\$ 300 milhões. Pergunta se nas projeções do IPRED foi levada em consideração o crescimento da folha da prefeitura.

**Sr. João de Almeida** – diz que a projeção que ele faz é com relação as despesas do IPRED, levando em consideração o crescimento da folha do Instituto.

**Sra. Silvana** solicita que na próxima reunião seja trazida a justificativa e a exposição de motivos feita pela Secretaria de Finanças para subsidiar o Projeto de Lei que será enviado a Câmara na próxima semana.

**Sr. Washington Marchezepi** diz que se o parcelamento não for honrado essa proposta não terá efeito. Outra preocupação é com os R\$ 300 milhões que ainda não foram negociados. Como está a negociação com relação a esse valor?

**Rubens Xavier** – diz que tem uma discussão de parcelamento desse valor de modo a cobrir a insuficiência financeira mensal. Hoje ainda não temos uma solução.

## 2.PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 5º BIMESTRE/2022;

**Sr. João de Almeida** dá início a prestação de contas apresentando o quadro de evolução comparativa de 2021 com 5º bimestre 2022. Comparando o fechamento de 2021 com o 5º Bimestre 2022 há o aumento de aproximadamente 22 ativos, aumento de 203 aposentados e 15 pensionistas. Em relação as receitas correntes, os números apresentados sobre o previsto e realizado no 5º Bimestre foram: Receitas de Contribuições – Previsto R\$ 40.138.974,36 e Realizado R\$ 42.586.571,18, outras receitas correntes, como COMPREV - Previsto R\$ 1.583.333,33 e Realizado R\$ 7.440.229,20 e Outras Restituições – Previsto R\$ 833,33, Realizado R\$ 58.644,41 e Receita Patrimonial – Previsto R\$ 29.333.333,33, Realizado R\$ 31.206.026,78, totalizando R\$ 81.291.471,57 no realizado das Receitas Correntes. Em relação as Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias, os números previstos e realizados referentes ao 5º Bimestre foram: sobre as contribuições da Prefeitura – Previsto R\$ 44.186.923,08 e Realizado R\$ 29.411.309,06, Câmara – Previsto R\$ 1.230.769,23, Realizado R\$



730.720,22, IPRED – Previsto R\$ 145.384,62, Realizado R\$ 141.108,17, Florestan – Previsto R\$ 103.846,15, Realizado R\$ 100.524,57, totalizando R\$ 30.383.662,02 no realizado das Contribuições Patronal para RPPS. Em relação aos acordos de parcelamento foram pagos um total de R\$ 36.214.364,53 acumulado até o 5º bimestre 2022. A receita referente ao aluguel da central de atendimento foi de R\$ 952.300,00, totalizando R\$ 67.550.326,55 em receitas correntes intra-orçamentárias. O valor total de receitas correntes e receitas correntes intra-orçamentárias foi de R\$ 148.841.798,12. Em relação a Prefeitura encontra-se pendente a parte suplementar de 05/18 a 01/21 totalizando R\$ 326.169.482,31 referente ao principal e atualizações, as parcelas dos acordos vigentes de vencimento 06/22,07/22,08/22,09/22 e 10/22. Referente a competência 06/22 e 07/22 foram pagas referente ao acordo 0351/2021, vale destacar como mencionado na reunião que as providências relativas a essas pendências estão sendo tomadas através do envio de ofícios com as relativas cobranças. Em relação às despesas administrativas o valor previsto foi de R\$ 3.980.538,46 e o realizado foi de R\$ 3.713.600,18. Com relação as despesas previdenciárias, o total previsto foi de R\$ 146.233.076,92 e o realizado foi de R\$ 176.478.956,57, totalizando as despesas em R\$ 180.192.556,75. Apresentando um déficit contábil de R\$ - 31.350.758,63. Importante destacar que na elaboração do PPA 2022-2025, a previsão de despesa previdenciária para 2022 enviada ao ente federativo foi de R\$ 240.645.000,00, mas o valor enviado a Câmara Municipal foi de R\$ 210.060.500,00, fator importante para geração do déficit contábil, inclusive teremos que utilizar cerca de R\$ 20.000.000,00 de superavit financeiro para empenho das despesas previdenciária ainda neste exercício (2022). Em relação à carteira de investimentos do Instituto: A carteira previdenciária encerrou o 5º Bimestre com R\$ 191.016.633,58 a carteira administrativa finalizou com R\$ 7.071.125,84, totalizando R\$ 198.087.759,42 na carteira. A taxa de administração para o período de 2022 foi de R\$ 4.789.199,03 e foram utilizados R\$ 3.713.600,18 até o 5º bimestre, 77,54% dos recursos, ficando um saldo de R\$ 1.075.598,85.

### 3. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO 3º TRIMESTRE DE 2022;

O Sr. Marcos Almeida da empresa LDB apresentou a carteira de investimentos do 3º trimestre de 2022 e abordou os seguintes temas relacionados ao cenário macroeconômico; O IPCA de Setembro 2022 fechou com deflação de -0,29%, já no ano o IPCA acumulado é de 4,09% e nos últimos 12 meses 7,17%, a meta de inflação para 2022 é de 3,50%, com tolerância de 1,5%, para baixo ou para cima. A taxa SELIC se manteve em 13,75% e desde o início do ano de 2021, já tivemos 12 altas consecutivas. Abordou sobre as taxas indicativas das NTN-B's que estão com ótimas oportunidades para compra no tesouro direto, mas para isso é necessário o estudo de ALM. Em relação ao fechamento da carteira no 3º trimestre de 2022 a carteira fechou com um total de R\$ 200.665.617,65, sendo R\$ 163.008.057,12 (81,23%) em renda fixa, R\$ 23.009.945,95 (11,47%) em renda variável, R\$ 11.885.124,22 (5,92%) em investimentos no exterior e R\$ 18.073,19 (0,01%) em investimentos estruturados. Vale observar que o artigo 7ºV, alínea "b" de crédito privado encontra-se desenquadrado passivamente em relação ao limite estabelecido pela resolução nº4.963 devido a alteração da resolução 3.922 para a 4.963 que reduziu o % máximo no artigo de crédito privado para quem possui pró gestão nível I de 10% para 5%, medidas já foram tomadas para o enquadramento deste artigo. A rentabilidade da carteira no ano está positiva em

R\$ 3.583.855,08. A meta atuarial no ano está em 7,88% e a rentabilidade da carteira está em 1,86%.

#### 4. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO A.L.M.;

Sr. Marcos da LDB inicia a apresentação do Estudo ALM e na sequência a Carteira de Investimentos do 3º trimestre.

Sobre o ALM, o Sr Marcos aborda que é uma Gestão Integrada de Ativos e Passivos:



E que a gestão de Ativos e Passivos permitirá avaliar as projeções dos riscos atuariais e financeiros. Por fim apresenta a sugestão do ALM para 2023:

Artigo	Tipo de Ativo	R\$	%	% Total	Benchmarks	% Markowitz	Mínimo	Sugestão	Objetivo	Máximo	Limite Legal PRÓ GESTÃO NÍVEL 1
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	61.268.779,58	31,70%	35,41%	IMA-B	64,51%	0,0%	61,72%	35,0%	70,0%	100,0%
Artigo 7º V, Alínea b	FIRF - Crédito Privado	7.158.718,95	3,70%				2,79%				
Artigo 7º III, Alínea a	Fundos Renda Fixa	82.905.152,55	42,90%	45,11%	CDI/SELIC	15,00%	0,0%	12,79%	35,0%	65,0%	65,0%
Artigo 7º V, Alínea b	FIRF - Crédito Privado	4.278.980,12	2,21%				2,21%	4,0%	5,0%	5,0%	
Artigo 8º I	Fundos de Ações	23.009.945,95	11,91%	11,91%	SMLL	0,49%	0,0%	0,49%	10,0%	35,0%	35,0%
Artigo 9º II	Fundos de Investimentos Exterior	0,00	0,00%	6,15%	MSCI AC	10,00%	0,0%	3,85%	5,0%	10,0%	10,0%
Artigo 9º III	Fundos de Ações BDR Nível I	11.885.124,22	6,15%				6,15%	5,0%	10,0%	10,0%	
Artigo 10 I	Fundos Multimercados	0,00	0,00%	0,01%	S&P500	10,00%	0,0%	9,99%	9,0%	15,0%	10,0%
Artigo 10 II	Fundo de Participação	18.073,19	0,01%				0,01%	0,5%	15,0%	5,0%	
Artigo 11	Fundo de Investimento Imobiliário	2.744.417,17	1,42%	1,42%	IFIX	0,00%	0,0%	0,00%	1,5%	5,0%	5,0%
<b>TOTAL</b>		<b>193.269.191,73</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	-	<b>100,00%</b>	-	<b>100,00%</b>	-	-	-

Deixa claro que o ALM é apenas uma ferramenta de gestão, e o quadro acima é apenas uma sugestão e que entende que o mercado sinaliza situações diversas todos os dias



e que a necessidade de cada RPPS que definirá as % corretas de cada artigo da resolução nº4.963/2021.

## 5. APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2023;

O Sr João Almeida apresentou a proposta de política de investimentos para 2023, falou sobre a constituição do IPRED, sobre a meta de retorno esperada que será IPCA + 5,06% constituída através do quadro de hipóteses e premissas atuariais da empresa Aliança atuarial de acordo com a Portaria MTP nº1.467/2022 da secretaria da previdência, abordou também sobre a importância do Pró gestão nas melhores práticas dos investimentos, falou também sobre a composição do comitê de investimentos e sobre as certificações que os integrantes possuem atualmente. Citou sobre a empresa LDB que presta consultoria em relação aos investimentos do IPRED e sobre a vigência da política de investimentos que será de 02/01/2023 a 31/12/2023, relatou aos conselheiros que o modelo de gestão que é empregado no IPRED é o próprio, ou seja O IPRED que gere todos os recursos relacionados aos investimentos do Instituto. Relatou que para o exercício de 2023 o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE DIADEMA, IPRED prevê que o seu retorno esperado será no mínimo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), acrescido de uma taxa de juros de 5,06% a.a acordo com a Portaria nº 1.837/22, com o "Duration" de 20,00 anos conforme critério de arredondamento temos que a taxa de juros a ser utilizada na avaliação atuarial de 2023. Dando continuidade Sr João abordou que o passivo atuarial vem crescendo ao longo dos anos e em relação aos últimos anos, somente em 2019 bateu meta atuarial, retorno de 15,31% contra uma meta de 10,59%. Posicionou os membros do conselho sobre os limites legais da resolução nº4963/2021 e a comparação com a carteira atual do instituto e sobre a importância da diversificação nos investimentos e o olhar atento ao cenário interno e externo que podem impactar os investimentos. Mostrou a todos a tabela de alocação estratégica de acordo com a nova resolução. Por fim apresentou sobre os diversos riscos existentes que podem impactar nas decisões dos investimentos.

## 6. ORÇAMENTO 2023.

O Sr João Almeida atendendo a solicitação feita na reunião anterior para apresentação de forma resumida sobre a previsão de despesas do IPRED, foi abordado que a previsão levou em consideração reajuste de 6% concedido aos aposentados sem paridade em janeiro de 2023, três reajustes aos com paridade : 2% em 03/2023, 2% em 07/2023 e 2% em 10/2023, previsão de crescimento da folha de pagamento, mensal de 1,3% com base nos últimos três exercícios e previsão de crescimento da folha de pensionistas mensal de 1,67 com base nos últimos três exercícios, totalizando R\$ 300.780.000,00.

Sem, mas eu, Silvana Ferreira Caetano declaro que redigi esta ata com término às 12:00 horas.



Diadema, 07 de dezembro de 2022.

Assinam a ata:

ANA CLAUDIA GONZALES DE ARAUJO

MARIA APARECIDA ALVES CAMPOS

FABIO GOMES PEIXOTO

ADRIANA ALVES LUNA

SILVANA FERREIRA CAETANO

FÁBIO RODRIGUES

ELAINE CORDEIRO DA SILVA RIGUEIRA

LUCAS NOGUEIRA DE ARAÚJO SOUZA

ROBSON CARVALHO